

**(RE)VISITANDO A GEOGRAFIA AGRÁRIA DE RAYMOND
PÉBAYLE: interpretações sobre o espaço agrário gaúcho**

**(RE)VISITANDO A GEOGRAFIA AGRARIA DE RAYMOND
PÉBAYLE: interpretazioni intorno a spazio agrario gaucha**

Marcelo Cervo Chelotti

Graduado em Geografia – UFSM/RS
Mestre em Geografia – UNESP - campus Presidente Prudente/SP
Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia – UFU/MG
Bolsista da Fundação de Amparo a Pesquisa de Minas Gerais/FAPEMIG
mchelotti@hotmail.com

Vera Lúcia Salazar Pessoa

Profª. Dra. do Programa de Pós-Graduação em Geografia da – UFU/MG
vs.pessoa@terra.com.br

Resumo: O presente artigo tem por objetivo analisar as contribuições do geógrafo francês Raymond Pébayle para compreensão da formação do espaço agrário gaúcho no século XX, além de discutir a pertinência de sua análise frente às transformações que estão ocorrendo no início do século XXI. Ao realizar esta pequena (re)visita em sua obra foi possível encontrar elementos importantes para a interpretação e compreensão de “como” e “por que” novos agentes sociais foram incorporados na Campanha Gaúcha na década de 1990, produzindo novas paisagens que durante sua permanência no Rio Grande do Sul, na década de 1970, não eram pensados como possíveis.

Palavras-chave: Raymond Pébayle; Geografia Agrária Clássica; Campanha Gaúcha.

Sommario: L'articolo attuale ha come l'obiettivo principale fare una analisi i contributi del geografo francese Raymond Pébayle, nella comprensione della formazione del spazio agrario “gaúcho” nel secolo XX, anche discussione dell'attinenza della sua analisi frente alla trasformazioni che stanno presentando all'inizio del secolo XXI. Com la realizzazioni di questa piccola (re)visita in sua obra essere possibile per trovare gli elementi importanti per l'interpretazione e capire di “come” e “perchè” i nuovi agenti sociali erano stati incorporati nel campagna Gaúcha nella decade di 1990, producente i nuovi paesaggi che durante il permanence a Rio Grande do Sul, nel decade di 1970, non si sono pensati come possibile.

Parola-chiave: Raymond Pébayle; Geografia Agraria Classica; Campagna Gaúcha.

Introdução

A Geografia Agrária brasileira chegou ao século XXI fortalecida por múltiplas correntes interpretativas, legado, em muitos casos, de influências de geógrafos

franceses, alemães, portanto, longe de possuir um discurso unitário para interpretação do nosso espaço agrário.

Nesse sentido, o presente trabalho tem por objetivo analisar as contribuições do geógrafo francês Raymond Pébayle para a compreensão da formação do espaço agrário gaúcho, além de discutir a pertinência de sua análise frente às transformações que estão ocorrendo no início do século XXI. A obra de Pébayle é bastante considerável, haja vista, que além de estudar o espaço agrário gaúcho, também se dedicou a estudos de outras regiões brasileiras. Analisaremos, neste ensaio, apenas dois artigos, sendo eles: *A vida rural na Campanha Rio-Grandense (1968)* e *Os difíceis encontros de duas sociedades rurais (1975)*.

Assim, na primeira parte desse ensaio, realizaremos uma pequena revisão da discussão sobre os pressupostos teórico-metodológicos da Geografia Agrária brasileira para entendermos sua evolução como uma área bem definida no contexto da Geografia. Na segunda parte, abordaremos a atuação de Pébayle no Brasil e as características de sua obra. Na terceira, focalizaremos a discussão na análise do espaço agrário gaúcho, segundo o olhar do autor; num quarto momento, a discussão será pautada na pertinência dessa análise para compreender a Campanha Gaúcha no século XXI e, nas considerações abordaremos o legado de Pébayle para a Geografia Agrária brasileira.

Considerações sobre os pressupostos teórico-metodológicos da Geografia Agrária

Destacamos que ao nos referirmos às questões teórico-metodológicas da Geografia Agrária nesse início de século XXI, estaremos debruçados na realidade brasileira, reconhecendo que esse ramo da geografia, por muitas décadas, despertou atenção de boa parte dos geógrafos, principalmente até o momento em que a sociedade brasileira passou a se urbanizar e a se tornar mais complexa.

Ao mergulhar na historiografia da Geografia Agrária no Brasil, percebemos que geógrafos como Leo Waibel¹, Pierre Mombeig², Pasquele Petrone³, Raymond Pébayle⁴, Orlando Valverde⁵, Nilo Bernardes⁶, Manoel Correia de Andrade⁷, dentre tantos outros dedicaram-se a estudar e “mapear” as características, especificidades e as transformações de nossas paisagens agrárias.

Ao analisarmos os estudos que foram realizados por esses geógrafos, perceberemos características muito ligadas à descrição das diferentes paisagens rurais, dos diversos modos de vida, particularidades quanto o habitat, relação com o meio e apropriação dos recursos naturais.

Desde a realização do 1º Encontro Nacional de Geografia Agrária no ano de 1978, ou seja, há quase trinta anos, muitos foram os geógrafos que se dedicaram a sistematizar e a discutir as questões teórico-metodológicas da Geografia Agrária brasileira. Podemos destacar algumas contribuições de autores como Ceron e Gerardi (1978), Galvão (1990), Teixeira e Lages (1997), Oliveira (1997, 2004), Ferreira (2002), Bombardi (2003), Bray (2006), Suzuki (2006), dentre outros.

Embora não seja objetivo principal desse artigo, identificamos que a Geografia Agrária chegou ao início do século XXI estudando muitos temas e com diferentes abordagens teórico-metodológicas, ou seja, demonstrando sua grande diversidade interpretativa sobre o campo brasileiro.

Oliveira (1997) destaca que a Geografia Agrária da década de 1960 privilegiava as relações técnicas de produção, muitas vezes, explicadas exaustivamente. Assim, não se privilegiava as classes sociais assentadas na base desse modo de produzir. O importante, segundo o autor, eram os sistemas agrícolas, se extensivos, intensivos, primitivos, modernos, com rotação entre terras ou com cereais.

Conforme Ferreira (2002), a maneira de se pensar o agrário sob o ponto de vista geográfico mudou durante o século XX, fruto do amadurecimento teórico-metodológico da Geografia brasileira. A própria definição de Geografia Agrária ganhou diversas conotações, espelhando os aspectos que marcavam a sociedade em determinadas circunstâncias, podendo-se destacar o valor dado à paisagem como reflexo da ocupação do território e a valorização dos aspectos econômicos da produção agrícola na Geografia Agrária Tradicional; as medidas da agricultura e sua classificação na Geografia Agrária Quantitativa e a significância do social na Geografia Agrária Crítica.

Bombardi (2003) destaca que a Geografia Agrária Clássica no Brasil tem suas raízes na escola historicista alemã introduzida por Leo Waibel, no ano de 1946 a convite do Conselho Nacional de Geografia, que defendia a idéia de que o papel do geógrafo era de descrever as diferenças espaciais da agricultura, enquanto um fenômeno da superfície terrestre. Desse modo, as relações sociais estavam longe de ser o eixo central nas

análises realizadas, e a neutralidade científica era colocada como um ponto indiscutível. O nascimento da Geografia Agrária Crítica tem no trabalho de Oliveira⁸ (1978) um de seus expoentes. Ele introduziu conceitos do materialismo histórico e do materialismo dialético e temas como expansão do capitalismo no campo, emergência dos movimentos sociais e estudos sobre campesinato na geografia brasileira.

A Geografia Agrária brasileira, portanto chegou ao século XXI influenciada por essas correntes filosóficas do pensamento, produzindo diferentes interpretações sobre o campo brasileiro, seja pela ótica do empirismo lógico, da fenomenologia ou da dialética.

Oliveira (2004) destaca que o neo-historicismo e a fenomenologia têm constituído o maior número de trabalhos em desenvolvimento na geografia nas últimas décadas. Pesquisas sobre percepção e modo de vida das populações do campo estão se tornando uma prática usual na Geografia Agrária brasileira, enquanto a dialética, por sua vez, estaria sendo esquecida.

Ferreira (2002) realiza uma sistematização da Geografia Agrária brasileira de acordo com a clássica divisão do pensamento geográfico.

A uma geografia tradicional - ideográfica-descritiva – corresponde uma Geografia Agrária paisagística, até certo ponto determinista, coerente com o perfil epistemológico da própria Geografia [...] A uma geografia teórico-quantitativa corresponde uma Geografia Agrária modelizada, tipificada, em busca de normas que permitissem a previsibilidade a intervenção planejada [...] Coerente, ainda, com uma ciência neopositivista voltada para a aplicabilidade imediata dos conhecimentos [...] A uma geografia crítica correspondente a uma Geografia Agrária preocupada com as questões sociais e econômicas da relação homem-terra e com as relações dos homens do campo entre si e com aqueles da cidade. Essa posição é coerente com uma liberdade de expressão ideológica conquistada após o período ditatorial [...] (FERREIRA, 2002, p. 340).

Oliveira (2004), em outra linha de raciocínio, critica essa rigidez na divisão metodológica da geografia em: tradicional, neopositivista e crítica, respectivamente, pois segundo ele, essa sistematização não ajuda revelar a nossa raiz historicista, não abre possibilidades para a compreensão do importante debate entre materialismo e idealismo nas ciências humanas, particularmente no século XIX.

A construção do discurso geográfico e porque não dizer da própria Geografia Agrária esteve associada a uma determinada visão de Geografia, principalmente, àquela oficial que chegou ao Brasil na década de 1930, alicerçada numa concepção colonialista

do mundo, relegando a segundo plano correntes filosóficas que não atendessem aos objetivos dos Estados Nacionais.

É nesse contexto que se torna bastante arriscado afirmar ou até mesmo generalizar que, na sua totalidade, a Geografia Agrária produzida no início do século XX enquadra-se numa perspectiva positivista/historicista. É o caso da obra de Élisée Reclus⁹ que, por décadas, ficou no esquecimento acadêmico em função de sua postura filosófica.

Para Bombardi (2003) é evidente que a Geografia Agrária fez parte do mesmo processo de construção ideológica. Temas como latifúndio foram abordados por Reclus e voltaram a ser trabalhados novamente apenas com o surgimento da geografia crítica, ou seja, cerca de quase cem anos depois.

Por isso defendemos a idéia de que o momento em que vivemos, início do século XXI, é muito fecundo para a ciência como um todo, e por conseqüência para Geografia Agrária, uma vez que agora podemos, de acordo com nossas concepções filosóficas desenvolver pesquisas amparadas numa determinada corrente teórico-metodológica. É essa pluralidade de “olhares” que nos permite olhar o campo brasileiro nas suas mais amplas dimensões, sejam elas econômicas, políticas, culturais ou ambientais.

Este pequeno resgate da obra do geógrafo francês Raymond Pébayle, em especial sobre a formação do espaço agrário gaúcho, torna-se fundamental, pois é um exercício muito fecundo para registrar a história da Geografia Agrária brasileira e seus principais personagens.

A atuação do geógrafo francês Raymond Pébayle no Brasil

A Geografia Agrária no Brasil desenvolveu-se a partir da década de 1930, possuindo como características intensos trabalhos de campo para reconhecimento das diferentes paisagens agrárias existentes, da organização e do modo de vida dessas populações. Enfim, pesquisas com forte orientação da geografia clássica.

Nesse sentido, vários geógrafos estrangeiros, principalmente franceses, vieram para o Brasil com o intuito de realizar estudos investigativos sobre nosso meio rural. No Rio Grande do Sul, destacamos as contribuições do geógrafo francês Raymond Pébayle

que, durante dez anos de moradia e intenso trabalho de campo no meio rural gaúcho, desenvolveu sua tese de doutoramento de Estado apresentada à Universidade de Paris I.

Além de residir no Rio Grande do Sul, quando vinculado à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), também atuou em Minas Gerais e Rio de Janeiro trabalhando no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e desenvolveu, durante algum tempo, pesquisa em Campina Grande/PB. Na França, foi professor na Universidade de Bordeaux e na Universidade de Poitiers. Também foi pesquisador do CNRS. Atualmente, Pébayle encontra-se aposentado, morando em Cannes na França¹⁰.

Além de sua tese de doutoramento, as pesquisas e apontamentos de Pébayle sobre o rural gaúcho encontram-se registrados em revistas como o Boletim Geográfico do IBGE, Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul, dentre outros. Podemos destacar as seguintes publicações: *A vida rural na Campanha Rio-Grandense (1968)*, *Os difíceis encontros de duas sociedades rurais (1975)*.

A contribuição de Raymond Pébayle para a compreensão da formação do espaço agrário gaúcho é muito importante, uma vez que sua análise procura mostrar o difícil encontro de duas sociedades rurais no Rio Grande do Sul: os criadores luso-brasileiros das áreas de campo e os policultores das áreas florestais. Nesse sentido, torna-se claro a dicotomia na formação do espaço agrário gaúcho, de um lado a Campanha (ao sul) e de outro, a Colônia (ao norte).

Em seus escritos, Pébayle deixa bem claro que até a década de 1950 eram raros os contatos entre essas duas sociedades rurais. Mas, com o fechamento da fronteira agrícola nas áreas de mata, alguns agricultores migraram para as áreas de campo, em muitos casos, tornando-se arrendatários, pois a terra encontrava-se concentrada nas mãos dos tradicionais fazendeiros da região. Sob esse ponto de vista, não ocorreu uma alteração da propriedade da terra, apenas um avanço da agricultura para as áreas de campo.

Em função do período em que foram desenvolvidas essas análises, meados da década de 1960 e começo da década de 1970, seu viés explicativo encontra-se alicerçado nos postulados positivistas, embora o momento já fosse de renovação da Geografia Agrária Brasileira.

Ferreira (2002) destaca que a segunda metade da década de 1960 marca as evidências das mudanças metodológicas no âmbito da Geografia Agrária, mas ainda se

mesclam trabalhos de vários estratos temáticos e metodológicos como de Bernardes (1966) sobre as mudanças na economia agrícola brasileira e Pébayle (1968) sobre a geografia da Campanha rio-grandense, ambos de características claramente tradicionais.

Isso não quer dizer, no entanto, que as análises e considerações de Pébayle sobre o rural gaúcho tenham perdido poder explicativo, somente porque estavam pautadas em pressupostos de uma geografia tradicional. É claro que essas análises referem-se a um determinado período e que sua transposição para o século XXI deverá ser realizada com cuidado.

Portanto, características como intensos trabalhos de campo, descrição minuciosa das paisagens são técnicas de pesquisa que por algumas décadas, em certos trabalhos sobre o rural, pareceram não ter existido no âmbito da Geografia Agrária. Assim, negligenciar tal contribuição seria negar a nossa própria história como uma área específica dentro da própria Geografia.

É rica, assim, a contribuição de Pébayle para a compreensão da formação socioespacial do espaço agrário gaúcho, pois a característica principal de sua obra está na típica monografia regional francesa, que aborda, na introdução, as condições do meio natural, enfatizando os contrastes do relevo, clima, vegetação e ocupação do solo. Logo em seguida, faz um retrospecto do povoamento do sul, destacando a criação de gado nas estâncias. Aborda também a colonização dirigida de iniciativa oficial que ocupou as áreas de mata com colonos de origem européia. A partir desse enfoque, estuda o contato entre duas sociedades rurais: dos pecuaristas das áreas de campo e dos agricultores das áreas de mata.

Nessas descrições das paisagens rurais gaúchas, evidenciamos as contradições sociohistóricas da apropriação da posse da terra, bem como as diferentes concepções sobre seu uso e exploração no Rio Grande do Sul.

A interpretação de Raymond Pébayle sobre as paisagens agrárias gaúchas

A formação inicial do território do Rio Grande do Sul esteve associada às disputas entre as coroas espanhola e portuguesa, uma vez que essa área era considerada como campos neutrais. As formações campestres foram ocupadas por descendentes luso-

brasileiros que tinham a incumbência de proteger e manter as fronteiras do Brasil meridional e garantir a posse da terra para a coroa portuguesa. Nessas áreas, desenvolveu-se uma pecuária extensiva de corte (bovinos e ovinos). Até meados do século XIX, as áreas de campo correspondiam, em termos da área ocupada e povoada¹¹, à província do Rio Grande do Sul. A classe latifundiária pastoril emergiu devido a partir de doação de sesmarias, forma dominante de apropriação do espaço.

Grande parte das regiões norte e nordeste do estado, no entanto, não se encontravam efetivamente ocupadas. Somente com a imigração européia, não portuguesa, iniciou-se a efetiva ocupação das áreas de florestas, que eram desprestigiadas pela pecuária latifundiária pastoril. A partir de então, verificou-se um intenso processo de minifundização nessas áreas por meio da disseminação das colônias formadas basicamente por descendentes de colonos ítalo-germânicos.

A colonização de ítalo-germânicos alicerçada em minifúndios possibilitou uma nova organização do território gaúcho, até então sob domínio hegemônico do latifúndio pastoril nas áreas de campo. Na medida em que as colônias começavam a ser implantadas, povoados surgiam, possibilitando uma nova dinâmica nesses espaços. Enquanto isso, nas áreas de ocupação mais antiga (luso-brasileiros) ao sul, o processo de ocupação já se encontrava efetivado há mais de um século.

A formação socioespacial do Rio Grande do Sul, portanto, organizou-se de maneira dicotômica, estruturando-se sob duas formas de organização espacial bem distintas, ou seja, a Colônia e a Campanha. A diferenciação na formação socioespacial entre as áreas de estâncias e as áreas coloniais deu-se em função dos sistemas de exploração da terra, pois, enquanto na estância, a criação de gado extensivo era a atividade econômica característica, nas colônias predominava o cultivo de lavouras.

Foi nesse cenário, então, que Pébayle mergulhou durante uma década, tentando compreender os encontros desencontros entre essas duas sociedades rurais.

Até o início do século XX, os contatos entre os criadores luso-brasileiros dos campos e os policultores das florestas foram raros. Ou melhor, nada parecia anunciar então novos encontros entre essas duas sociedades rurais tão opostas por suas origens étnicas, por suas tradições culturais e suas mentalidades. A aristocracia local foi sempre constituída pelos “estancieiros”. Esses homens rudes e fatigados das violentas técnicas de pecuária de uma outra época, afeitos a deslocamentos e já curiosos a respeito das novidades técnicas de seus vizinhos do Prata, rejeitam maciçamente o arado, a inovação agrícola e as terras de floresta. O colono era a antítese desses gaúchos das Campinas: era o homem da floresta, o agricultor isolado com técnicas ainda predatórias, o

pequeno proprietário. O campo não o atraía. E, quando os lotes originais estavam se tornando muito reduzidos para lhes permitir viver, era para outras florestas que eles emigravam. Durante o século XX, as imensas reservas florestais do Alto Uruguai, de Santa Catarina e do Paraná atraíam, assim, muito naturalmente, os excedentes demográficos das regiões coloniais. (PÉBAYLE, 1975, p. 3).

A análise, aparentemente descritiva, realizada por Pébayle sobre os grandes proprietários pecuaristas da Campanha e dos pequenos proprietários agricultores da Colônia, desvenda, ao nosso ver a enorme contradição histórica que diferentes populações tiveram no que diz respeito ao acesso à terra no Rio Grande do Sul. A concentração da terra e a sua desigual distribuição ocasionaram o fluxo migratório dos colonos para outras regiões do estado e do país.

Ocorreram, no entanto, contatos entre esses dois grupos.

Anteriormente, ao estudo das duas sociedades rurais do Rio Grande do Sul e de sua dinâmica nos mostraram que contatos limitados, mas reais, haviam tido oportunidade de surgir entre elas. Se tais relações não conduziram a verdadeiras mudanças rurais é, primeiro, porque elas se estabeleceram, sob diversas formas, nos dois únicos meios geográficos onde foram possíveis os encontros entre luso-brasileiros e descendentes de colonos: os limites de contato entre a floresta e o campo, de um lado, e das cidades da campanha de outro. (PÉBAYLE, 1975, p. 4).

Em relação à apropriação da terra, o que observamos são dois tempos e dois espaços muito distintos. De um lado, os grandes proprietários que exploravam os campos com a criação de gado e detinham o poder político e econômico, pois essa atividade projetou o Rio Grande do Sul no cenário nacional com a produção do charque. Por outro lado, uma imensa parcela de camponeses pobres imigrantes que, a partir de meados do século XIX, foram alocados em áreas não ocupadas pela pecuária e passaram a dedicar-se ao cultivo de lavouras.

Analisando essas relações na década de 1960, Pébayle destaca que o cidadão dificultou bastante os antigos intercâmbios diretos entre fazendeiros e colonos.

Nas “vilas” que demarcam os contatos floresta-campo, as “bodegas” podem se encarregar de uma parte dessas relações comerciais elementares entre as duas sociedades rurais. Quando aquelas possuem grande freguesia, ilustram perfeitamente a existência de uma organização regional primária onde a influência da sede municipal sobre sua campanha é ainda muito fraca. Nesses casos, os contatos entre criadores e agricultores são freqüentes. Se, ao contrário, a “bodega” não é mais nada atualmente do que um grande corpo vazio reduzido a uma escassa função de mercearia-botequim ao longo de uma estrada muito freqüentada, é sinal de que as relações diretas entre as

duas sociedades rurais se tornaram raras e que as relações comerciais se fazem ao nível do comércio e da indústria urbana. (PÉBAYLE, 1975, p. 5).

No plano do intercâmbio entre essas duas sociedades rurais, algumas relações sociais são estabelecidas e forjadas, principalmente por parte do pecuarista que passou a utilizar os conhecimentos do colono sobre os diferentes cultivos.

O criador, em particular, soube apelar ao agricultor colonial há vários decênios. Nessas verdadeiras franjas de transição entre o campo e as floresta, que são as campinas com capões e arborizadas, é fato comum ver-se o agricultor de origem estrangeira colocar sua força de trabalho a serviço do pecuarista sob formas muito diversas. [...] por outro lado, o criador proprietário não se coloca praticamente a serviço do agricultor. (PÉBAYLE, 1975, p. 6).

Nessa passagem, fica evidente o papel secundário e a subordinação do colono frente o papel desempenhado pelo grande proprietário de terras. Essa relação é estabelecida devido a vários fatores como a necessidade de complementar sua renda e reproduzir-se como camponês numa pequena parcela de terra que, em muitos casos, era de difícil cultivo em função da inclinação do terreno.

Nesse sentido, o contato mais efetivo nas trocas de experiências e nas vivências aconteceram bem mais entre os “iguais”, entre indivíduos que também se encontravam em segundo plano na estrutura social da época.

É então, com os menos favorecidos dos habitantes das campinas de pecuária que os colonos mantêm atualmente relações de trabalho. São os descendentes paupérrimos de antigos criadores, netos de escravos ou longínquos representantes de tribos indígenas há muito tempo dispersas, aqueles que são denominados “caboclos sem terra”, numerosos atualmente nas orlas das florestas coloniais, morando em casebres de madeira ou “pau-a-pique” ao longo dos caminhos. Para eles, as oportunidades de emprego se tornaram tão raras nas fazendas de criação que foram obrigados a oferecer seus serviços aos colonos da vizinhança, quando não migram para as favelas urbanas. Eles são particularmente numerosos nos campos com capões. (PÉBAYLE, 1975, p. 7).

Essa constatação de que as relações de aproximação entre criadores e agricultores, ao se encontrarem forjaram-se delicadamente, revela mais uma contradição na formação do espaço agrário gaúcho, ou seja, a exclusão de uma parcela de camponeses que por décadas, antes mesmos da chegada dos imigrantes ítalo-germânicos, ocupavam as margens do espaço latifundiário gaúcho.

Essas relações, no entanto, são bastante heterogêneas no contexto do espaço agrário gaúcho, onde Pébayle tenta mostrar suas variações e especificidades, pois dependendo da região, constroem-se paisagens agrárias diferenciadas.

Entre os colonos policultores e os grandes criadores existe, efetivamente, uma classe de pequenos explotantes que se dedica igualmente à agricultura e à pecuária. São eles, primeiramente, luso-brasileiros estabelecidos em terras de superfície muito variáveis (10 a 500 hectares). Conforme tenham eles permanecido mais ou menos criadores ou mais ou menos isolados, constituem atualmente sociedades rurais muito diversas. Todos, entretanto, possuem uma característica comum: haver encontrado na agricultura um refúgio contra a pulverização imobiliária, que não lhes permite mais viver de única atividade tradicional – a pecuária extensiva. Mas encontram-se também colonos que, postos em contato com os criadores, puderam expandir sua pecuária tradicional a ponto de torná-la uma atividade comercial paralela a sua clássica policultura. (PÉBAYLE, 1975, p.7).

Essas análises são importantes para compreendermos a territorialização e a reprodução dos camponeses no espaço agrário gaúcho no decorrer do século XX onde, apesar da dominação do espaço latifundiário e do poder político e econômico dos grandes proprietários de terras, essa categoria de produtores conseguiu resistir, adaptando-se apenas às especificidades de cada região gaúcha.

Nesse sentido, existem os camponeses “plantadores” territorializados nas serras do sudeste ocidental, imediações dos municípios de Caçapava do Sul, Piratini, Santana da Boa Vista, que se dedicam tanto à agricultura quanto à pecuária.

Não se trata certamente de plantadores no sentido próprio da palavra; qualificando-se assim esses gaúchos pretendem antes diferenciar-se a um só tempo dos grandes criadores e dos colonos de origem estrangeira. [...] Entre esses conta-se bom número de descendentes de peões de estância instalados numa terra da qual não são senão os ocupantes sem título (os “posseiros”) apenas tolerados pelos grandes proprietários criadores.[...] Pode-se encontrar, finalmente, camponeses negros que, embora descendentes de escravos, são proprietários das terras que cultivam. (PÉBAYLE, 1975, p. 8).

Embora a localização geográfica desses camponeses fosse a metade sul do estado, área de pouca expressão da pequena propriedade, pois se trata de uma região encravada no domínio político-econômico do espaço latifundiário, foi possível sua reprodução no Rio Grande do Sul, antes mesmos da imigração de alemães e italianos no decorrer do século XIX, principalmente, para as áreas de floresta localizadas no nordeste e norte do estado.

Esses camponeses de origem luso-brasileira, diferentemente dos ítalo-germânicos, dedicaram-se à pecuária bovina e ovina e também ao cultivo de pequenas lavouras. Em função da sua proximidade com o espaço latifundiário regional, acabaram prestando serviços para os estancieiros.

Os jovens e os solteiros têm assim freqüentes contatos com o exterior. Migrações sazonais os conduzem, no início do verão, às estâncias de pecuária onde constituem as equipes de tosquiadores de carneiros. No fim do verão podem ser encontrados como ceifadores nos arrozais da Depressão Central ou dos terraços lagunares orientais. [...] Os rapazes buscam trabalho também nas planícies vizinhas, mas raramente conseguem abandonar a condição de operários temporários e itinerantes mal remunerados. Na cidade, fixam-se nas favelas ainda semi-rurais e fazem biscates. (PÉBAYLE, 1975, p. 9).

A condição de precariedade e de exploração torna-se evidente, pois para reproduzir-se como camponeses, durante um determinado tempo, vendem sua força de trabalho para o estancieiro e para o produtor de arroz irrigado. No entanto, o mais importante nessa questão é a presença do camponês em território que tradicionalmente é identificado como latifundiário. Nesse aspecto, mais uma vez percebemos a marginalização histórica que sofreu o camponês da metade sul gaúcha.

Em relação às características dos camponeses territorializados nos campos com capões da metade norte do estado, denominados de “pequenos gaúchos”, Pébayle cita o exemplo do município de Soledade, onde acredita encontrar aí as tradições desses dois tipos de sociedades rurais.

Dois exemplos ilustram muito bem as mudanças “in loco” de uma das sociedades de criadores mais conservadores do sul colocada em presença de uma colônia, de origem principalmente italiana, que vive precariamente junto às terras inacessíveis ao alto das vertentes dos profundos vales de encostas. [...] As instalações da fazenda mostram aliás uma nítida separação entre, de um lado, os cercados para animais, o banheiro carrapaticida e as pastagens (os “piquetes”) e, de outro lado, os prédios mais especialmente consagrados à agricultura. Esses formam um conjunto onde se identifica facilmente a clássica fazenda colonial fumageira. (PÉBAYLE, 1975, p. 9).

O entorno do município de São Francisco de Paula, nordeste gaúcho, área de contato entre criadores isolados e colônias velhas, possibilitaria uma simbiose entre as duas sociedades rurais.

Nesta região, portanto, uma nova sociedade rural nasceu do encontro ente elementos da vigorosa colônia vizinha e dos pequenos criadores locais. Nas

paisagens isso não se destaca somente pela freqüência dos campos e roças cercada. O habitat também traz marca desde encontro: a casa de estilo italiano é quase generalizada enquanto que o galpão tradicional foi modificado a fim de permitir a armazenagem de uma grande reserva de feno. (PÉBAYLE, 1975, p. 13).

Em função da sua proximidade com uma área colonial próspera, nesse caso representada por Caxias do Sul, os criadores adotaram práticas culturais das áreas coloniais, como o cultivo de forrageiras para o período de inverno, característica não presente entre os criadores da Campanha.

Nesse contexto, Pébayle também se dedicou a entender a expansão das colônias agrícolas nos limites do campo onde o contato entre criadores e agricultores tomam formas mais contrastantes, ocorrendo assim, uma expansão dos colonos em terras de criadores em função da pressão demográfica e da existência de áreas semi-ocupadas nas zonas de campo.

No caso das colônias isoladas no oeste do Rio Grande do Sul, destaca-se que

[...] para as “colônias-ilhadas” onde os contatos com o campo sempre foram mais freqüentes que em outros lugares, a procura de terras novas não se limitou só aquelas de florestas afastadas, pois muito cedo os colonos também avançaram sobre terras dos campos vizinhos. [...] Ao sul, os solos dos vales do Ibicuí e de seus afluentes (Jagurai, Ibicuí-Mirim) são ocupados pelos arrozais irrigados onde os colonos, estabelecidos como granjeiros itinerantes, nas terras dos criadores, se consagram exclusivamente à rizicultura. (PÉBAYLE, 1975, p. 15).

A escassez de terras nas colônias, o crescimento da população e a necessidade de aumentar a produção de alimentos favoreceram o avanço dos agricultores em áreas de criação. No entanto, como a terra encontrava-se concentrada nas mãos dos grandes proprietários, os agricultores tornaram-se arrendatários, constituindo, assim uma prática comum nessa região.

A colônia de imigrantes italianos de Ivorá, localizada na região central do estado, margeada por grandes extensões de terras semi-ocupadas, expandiu-se pelas terras utilizadas pela pecuária, uma vez que suas áreas de cultivos foram aos poucos abandonadas e transformadas em pastagens.

[...] a instalação dos agricultores partiu por iniciativa de um fazendeiro absenteísta que, por volta de 1960, vendeu suas terras sob forma de lotes de 20 a 30 hectares pagáveis em vários anos. [...] Os novos agricultores do campo adotaram primeiro o trigo, menos por seus rendimentos que são

muito irregulares, que pelas facilidades de crédito que beneficia esta cultura. [...] (PÉBAYLE, 1975, p. 16).

No entanto, esse caso é bastante isolado, uma vez que poucos foram os grandes proprietários que partilharam suas terras em pequenos lotes para comercializá-los com os colonos. Com isso, o que restou para a maioria deles foi migrar em direção a novas fronteiras agrícolas já em meados do século XX.

Apesar de não ser muito discutida, ocorreu a instalação de colônias agrícolas próximas às imediações do município de Pelotas, localizado na porção sul do estado e que, durante décadas, foi sede de grandes charqueadas. Portanto, também nessa área ocorreu o contato entre agricultores e pecuaristas.

A expansão dos agricultores nas terras de campo pode também se produzir quando uma colônia relativamente rica vê-se confrontada com uma região de pecuária tradicional atormentada por sérias dificuldades econômicas [...] dinâmica aglomeração de Pelotas (150.000 habitantes em 1970) tem, por sua vez, insuflado uma mentalidade inovadora aos pequenos agricultores da “montanha” com isso favorecendo a instalação de mais de 200 estabelecimentos industriais e comerciais que absorvem as produções de legumes e frutas das colônias vizinhas. (PÉBAYLE, 1975, p. 18).

As agroindústrias instaladas em Pelotas favoreceram a reprodução, mas também, a dependência desses camponeses, principalmente, devido à partir da aquisição da sua produção. A constatação da existência de uma considerável qualidade de vida os colocava, pelo menos na década de 1970, nos mesmos patamares das demais colônias agrícolas gaúchas localizadas no vale dos sinos e na serra.

No decorrer dessas décadas, o encontro entre criadores e agricultores, principalmente na Campanha, fruto da migração dos colonos em direção a áreas de campo, construiu uma idéia de promoção social, resultante a partir da aquisição de terras ocupadas pela pecuária, anteriormente, na posse de luso-brasileiros.

Postos em contato com a vida urbana tradicional, os filhos dos colonos policultores continuam, entretanto, fiéis à convicção ancestral, segundo a qual a verdadeira riqueza não seria senão a dos bens da raiz. Porque ainda que estejam desaparecendo os velhos mitos da inesgotável fertilidade das terras de florestas, estes novos cidadãos aprendem rapidamente que, no campo, a verdadeira promoção social reside na posse de uma fazenda de pecuária. Também, logo que chegam a um nível de relativo bem-estar, os homens procuram comprar terras. (PÉBAYLE, 1975, p. 21).

Embora tenha sido uma aspiração do colono, a aquisição de terras na Campanha, isso não se aplica a todo grupo migrante e sim a poucos indivíduos que se tornaram

grandes proprietários de terra. A maioria desses colonos passou a arrendar terras da pecuária tradicional ou a vender sua força de trabalho nas lavouras de cultivo de arroz irrigado.

No Rio Grande do Sul, essas duas sociedades rurais ascenderam em tempos e espaços diferentes à posse da terra e, pelo menos até a década de 1970, ainda não tinham construindo uma nova sociedade rural no estado.

Em conclusão, por mais interessante que sejam, os contatos espontâneos e já antigos entre fazendeiros e os agricultores rio-grandenses não ocasionaram muita comoção na vida rural tradicional do Rio Grande do Sul. Quase sempre ocasionaram apenas uma expansão dos agricultores e da agricultura no domínio dos criadores gaúchos. Punctiforme, nos campos, reduzida a uma franja relativamente estreita, nos campos com capões, esta expansão não fez nascer, em geral, novas relações de dependência à propriedade rural, pois os agricultores também têm, freqüentemente, comprado as terras aos primeiros ocupantes. Este frágil equilíbrio devia entretanto ser rompido no século XX, época de grandes perturbações na campanha rio-grandense. (PÉBAYLE, 1975, p. 22).

A contradição histórica de acesso à posse da terra associada ao conservadorismo da classe latifundiária gaúcha produziu um espaço agrário que, mesmo inserido dentro de um processo de expansão da modernização, não desconcentrou a posse da terra, pelo contrário, possibilitou o arrendamento e a obtenção de uma renda fundiária ainda mais rentista.

Mesmo a partir das análises realizadas por Pébayle, tendo como referência uma visão clássica da geografia, é possível compreender alguns elementos que foram responsáveis pela formação contraditória do espaço agrário gaúcho, que desmistifica já, na década de 1970, o discurso de que, no Rio Grande do Sul, a posse da terra teria mais equidade em relação às demais unidades federativas do país.

As paisagens agrárias da Campanha no século XXI: resistências e permanências

A Campanha Gaúcha é um espaço regional localizado no sudoeste do Rio Grande do Sul/Brasil, na linha fronteira entre Argentina e Uruguai, cuja característica principal é a presença de campos nativos, os quais particularizam a paisagem regional como sendo o pampa gaúcho.

De um lado e do outro da fronteira, existiu sempre o mesmo gênero de vida de grandes proprietários criadores. Nestas estâncias a agricultura era atividade desprezada entregue aos cuidados de alguns escravos lavradores. Para os primeiros ocupantes, como para a maioria de seus descendentes atuais, o pampa só podia abrigar uma atividade ligada à excepcional riqueza de seu tapete vegetal: criação extensiva. (PÉBAYLE, 1968, p. 20).

Portanto, essa região é o cerne do espaço latifundiário gaúcho, pois se caracteriza pela presença de grandes propriedades rurais que se dedicam à criação de bovinos e ovinos, apresentando altos índices de concentração da posse da terra (Foto 1). Embora a estância dominasse a paisagem regional, os camponeses também ocupavam alguns espaços, denominados geralmente de chácaras. Nesses espaços, desenvolvem a atividade de criação e também de pequenos cultivos.



Foto 1: CAMPANHA GAÚCHA: paisagem típica com campos nativos
Autor: Chelotti (2006)

No decorrer da década de 1960, com a expansão do processo de modernização da agricultura em direção a região, o espaço latifundiário sofreu poucas transformações.

Na verdade, a nova iniciativa só penetra profundamente em determinadas classes da população rural, as que precisamente nada têm a perder com uma experiência arriscada: pequenos proprietários e, sobretudo, a massa de

trabalhadores rurais que não possuem terra. Dêsse modo, é na base do arrendamento e da meação que se desenvolvem as novas culturas da Campanha. Os grandes proprietários continuam a criar gado do modo tradicional e apenas alugam, por muito bom preço, parte de suas terras. (PÉBAYLE, 1968, p. 28).

Assim, partes do espaço latifundiário passaram a ser cultivadas com lavouras, principalmente, a do arroz irrigado, mas, em menor escala, com outras culturas como a soja, sob forma do arrendamento capitalista de terra, uma vez que a mesma permaneceu concentrada nas mãos dos estancieiros (Foto 2).



Foto 2 – CAMPANHA GAÚCHA: alteração da paisagem com introdução da lavoura moderna
Autor: Chelotti (2006)

A típica paisagem da Campanha Gaúcha sofreu significativas alterações devido à expansão da lavoura empresarial. Após a década de 1950, terras vinculadas à pecuária tradicional cederam espaços para a lavoura do arroz irrigado e da soja, via prática do arrendamento capitalista da terra, processo esse denominado de “despecuarização espacial”.

Para Bezzi (1985), o processo de despecuarização espacial foi decorrente de quatro fatores principais, sendo eles: (1) a disponibilidade de áreas propícias à agricultura amplamente mecanizada; (2) a necessidade de diversificar a produção; (3) a euforia do “milagre brasileiro” que proporcionou grande produtividade nos cultivos; (4) a falta de subsídios governamentais a que estava relegada a pecuária, fazendo com que o pecuarista, por meio do arrendamento, obtivesse outras formas de lucro.

Para Pébayle já eram evidentes a perda do poder econômico da classe latifundiária regional na década de 1960.

[...] o gaúcho brasileiro, apesar de sua resistência aos golpes de força dos neo-agricultores e de sua fidelidade a um gênero de vida tradicional não pôde evitar o nascimento de uma vida regional diversificada, que dá as costas aos exemplos vindos do sul. Justamente, por encontrar-se ainda toda impregnada de espontaneidade, a nova tendência não deve ser menosprezada e os especialistas da organização (*aménagement*) do território, que se preocupam com razão com o caráter marginal da Campanha, podem achar nela uma orientação. (PÉBAYLE, 1968, p. 32).

O maior domínio territorial ainda encontrava-se nas mãos dos pecuaristas, embora sua atividade fosse eminentemente tradicional. O processo de modernização da pecuária de corte somente tornou-se perceptível no início da década de 1990, quando ocorreu significativa transformação em seu sistema produtivo.

Fontoura (2002), ao pesquisar o processo de modernização da pecuária de corte na Campanha Gaúcha, afirma que não há, até a década de 1990, um salto qualitativo no sistema de produção pecuária bovino na região. A partir de então, algumas empresas e pequenos grupos de filhos de estancieiros, vinculados a setores urbanos, formados em veterinária em sua maioria, começaram a introduzir um sistema de gerenciamento que representou uma mudança de paradigma na produção pecuária.

Nesse sentido, a Campanha Gaúcha caracterizou-se como uma região periférica de crescimento lento no contexto da economia gaúcha e, na década de 1990, foi institucionalizada como área prioritária para a instalação de assentamentos rurais, numa proposta de desenvolvimento regional visando à realização da reforma agrária.

Portanto, a década de 1990 foi marcada pelo avanço da luta pela terra e conquista de territórios pela produção familiar no cerne do espaço latifundiário da Campanha Gaúcha. Houve a instalação dos assentamentos rurais pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e pelo Governo Estadual, que promoveram a

divisão do latifúndio pastoril em pequenas unidades de produção familiar e a re-territorialização de milhares de indivíduos que migraram para essa região.

Medeiros (2006), ao pesquisar o processo de reforma agrária na região, constatou que a instalação de assentamentos rurais promoveu mudanças na economia, na organização do espaço rural e conseqüentemente no perfil de sua população. Por meio da luta pela terra organizada pelo MST, os sem-terra conquistaram, desde 1989, em torno de 18.000 hectares nos municípios de Hulha Negra e Candiota, resgatando cidadania de mais de 700 famílias.

Na medida em que os assentamentos rurais foram instalados, as primeiras transformações ocorreram na paisagem regional, dominada até então pelas grandes propriedades, pastagens e criação extensiva de gado de corte. A inserção dos trabalhadores sem terra, novos agentes no espaço agrário da Campanha Gaúcha, alteraram as relações sociais até então vigentes na região. Com esse novo processo, algumas relações sociais tornaram-se mais complexas, tendo em vista a pluralidade de sujeitos que ali passaram a interagir. (Fotos 3 e 4).



Foto 3 – CAMPANHA GAÚCHA: acampamento de sem-terra no espaço latifundiário
Autor: Chelotti (2006)



Foto 4 – CAMPANHA GAÚCHA: vista parcial de um lote de reforma agrária
Autor: Chelotti (2006)

Em Chelotti (2003), estudamos o processo de instalação de assentamentos rurais no município de Sant’Ana do Livramento e constatamos que mais de 90% dos indivíduos re-territorializados eram provenientes de outras regiões do Rio Grande do Sul. Com isso ocorreu a diversificação da produção nos assentamentos rurais, que começaram a contrastar com a pecuária extensiva que ocupava a maior parcela de terras. Outras características introduzidas pelos assentados foram o cooperativismo, a produção agroecológica, dentre outros.

Uma questão importante a ser destacada é o fato de que os assentados são provenientes de outras regiões do Rio Grande do Sul e, numa menor escala, da própria Campanha Gaúcha. Isso em termos socioculturais é um fator muito importante, tendo em vista que a identidade cultural do camponês da Campanha não é a mesma daqueles provenientes das áreas coloniais.

Tem-se, por exemplo, de um lado, o camponês nativo, ou seja, o tradicional pequeno proprietário de terras da região, com fortes laços socioculturais no espaço latifundiário; e de outro lado, o camponês migrante sem terra, proveniente das áreas

coloniais, possuindo uma outra racionalidade, conseqüentemente uma concepção diferente quanto à gestão da terra. Pode-se dizer então, que dois espaços socioculturais distintos foram aproximados por meio da luta pela terra. Assim, ao mesmo tempo em que os assentados transformam a realidade regional, eles também são transformados.

De uma certa maneira, é o que Pébayle já dizia em meados da década de 1970, sobre o difícil encontro de duas sociedades rurais no Rio Grande do Sul. Nesse sentido, pode-se dizer que a Campanha Gaúcha não é mais a mesma; onde as transformações no âmbito de suas relações sociais têm propiciado, nos últimos anos, diferentes leituras com a inserção de novos agentes em seu espaço agrário.

Considerações Finais

A experiência de passar dez anos mergulhados num universo estranho a sua cultura, percorrendo “os rincões” do Rio Grande do Sul para desvendar as paisagens agrárias gaúchas, dá a Raymond Pébayle o mérito do reconhecimento de sua obra no século XXI.

Reconhecemos que durante sua estadia no Brasil, a Geografia encontrava-se em plena efervescência teórico-metodológica, acrescentando em seu arcabouço teórico os fundamentos do neo-positivismo e, em muitos casos desprestigiando as “técnicas” de uma geografia mais clássica, como a riqueza dos trabalhos de campo.

Embora não utilize grandes teorias para explicar a formação do espaço agrário gaúcho, Pébayle, como de um intenso trabalho de campo, explica as diferentes paisagens agrárias, unindo a práxis com a teoria. Assim, suas descrições e análises nos revelam um espaço agrário que ainda está em processo de formação.

O artigo “*O difícil encontro de duas sociedades rurais*” publicado em 1975, mas originalmente fruto de sua tese de doutoramento, ainda tem validade no início do século XXI para entendermos, por exemplo, os conflitos fundiários travados entre estancieiros e colonos sem terra na década de 1990 na Campanha Gaúcha, incorporando num mesmo espaço duas maneiras diferentes de concepção de exploração da terra.

Portanto, os difíceis encontros entre essas duas sociedades rurais têm suas raízes nas características da formação socioespacial da região, estando alicerçada

historicamente na grande propriedade herdada das antigas sesmarias e, permanecendo séculos concentrada, exercendo um papel opressor para o camponês fronteiriço.

Ao realizar essa pequena re-leitura da obra de Raymond Pébayle, foi possível encontrar elementos importantes para compreender “como” e “por que” novos agentes sociais foram incorporados na Campanha Gaúcha, produzindo novas paisagens que, durante sua permanência no Rio Grande do Sul, não eram pensados como possíveis.

Por isso, mais do que nunca, no momento em que estamos buscando fortalecer nossas bases teórico-metodológicas, é fundamental realizarmos re-leituras sobre nossos clássicos que, devido a pré-conceitos epistemológicos, muitas vezes são relegados a segundo plano, como se não tivessem nenhuma validade explicativa na contemporaneidade.

Referências

BEZZI, M. L. **São Borja – Transformações no espaço agropecuário**: o processo de despecuarização. 1985. 198 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1985.

BOMBARDI, L. M. Geografia agrária e responsabilidade social da ciência. **Terra Livre**, São Paulo, v 2, n 21, p.41-53, jul/dez 2003.

BRAY, S. Perspectivas teórico-metodológicas da geografia agrária. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 13., 2006, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: UERJ, 2006. p. 1-8.

CHELOTTI, M. C. Assentamentos rurais: novas configurações territoriais na Campanha Gaúcha. In: ENCONTRO ESTADUAL DE GEOGRAFIA, 22., 2002, Rio Grande. **Anais...** Rio Grande: AGB, 2002.

CHELOTTI, M. C. **A instalação de assentamentos rurais e a inserção de novos agentes no espaço agrário do município de Sant’Ana do Livramento-RS**. 2003. 215 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2003.

CERON, A. O.; GERARDI, L.H.de O. Geografia agrária e metodologia de pesquisa. **Campo-Território: revista de geografia agrária**, Uberlândia, v. 2, n.3, fev., 2007. Disponível em: <<http://www.campoterritorio.ig.ufu.br>> Acesso em: 10 jul. 2007.

GALVÃO, M. do C. Contribuição ao debate sobre perspectivas teórico-metodológicas para a Geografia Agrária. **Revista Geonordeste**, Aracaju, p. 15-21, 1989/1990.

GRABOIS, J. Reflexões sobre geografia agrária: uma trajetória. In: OLIVEIRA, A. U. de; MARQUES, M. I.M. (Org.) **O campo no século XXI: território de vida, luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004. p. 87-70

FERREIRA, D. A. de O. **O mundo rural e Geografia. Geografia Agrária no Brasil: 1930-1990**. São Paulo: Editora da UNESP, 2002.

FONTOURA, L. F. M. O desenvolvimento da Metade Sul e a pecuária. In: ENCONTRO ESTADUAL DE GEOGRAFIA, 22., 2002, Rio Grande. **Anais...** Rio Grande: AGB, 2002. p. 89-91.

MEDEIROS, Camponeses, cultura e inovações. **Campo-Território: revista de geografia agrária**, Uberlândia, v. 1, n.1, fev. 2006. Disponível em: <<http://www.campoterritorio.ig.br>> Acesso em 10 jul 2007.

OLIVEIRA, A U. de A produção geográfica brasileira e o campo. In: OLIVERIA, A.U. de **Agricultura camponesa no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1997, p. 7 – 17, (Caminhos da Geografia).

OLIVEIRA, A U. de Geografia Agrária: perspectivas no início do século XXI. In: OLIVEIRA, A. U. de; MARQUES, M. I.M. (Org.) **O campo no século XXI: território de vida, luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004. p.29-70

PÉBAYLE, R. A vida rural na Campanha Rio-Grandense. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro, n. 207, p.18-32, 1968.

_____. Os difíceis encontros de duas sociedades rurais. **Boletim Geográfico do RS**, Porto Alegre, n.18, p.35-45, jan/dez. 1975.

_____. Uma tipologia da inovação rural no Brasil. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro, n. 253, p. 53-67, abr/jun, 1977.

_____. Éleveurs et agriculteurs du Rio grande do Sul (Brésil) Lille. Université de Lille III, 1974. Resenha de Adyr Ap. Ballastri Rodrigues. In: www.ieb.usp.br/ieb/publicacoes/revista. Acesso em 03 jul 2006.

SUZUKI, J. C. Geografia Agrária: gênese e diversidade. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 13., 2006, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: UERJ, 2006. p. 1-24.

SPOSITO, E. S. **Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: Editora da UNESP, 2004.

TEIXEIRA, M. A.; LAGES, V. N. Transformações no espaço rural e a geografia rural: idéias para discussão. **Revista Geografia**, São Paulo, n.14, p. 9-33, 1997.

Notas

¹ Princípios de colonização européia no sul do Brasil (1949)

² Notas relativas à evolução das paisagens rurais no estado de São Paulo (1944)

³ A baixada do Ribeira (1966)

⁴ A vida rural na Campanha Rio-Grandense (1968)

⁵ Geografia Agrária do Brasil (1964)

⁶ O problema do estudo do habitat rural no Brasil (1963)

⁷ A terra e o homem no nordeste (1964)

⁸ Contribuição para o estudo da Geografia Agrária: crítica ao 'Estado Isolado' de Von Thünen

⁹ ANDRADE, M.C. (Org.) **Élisée Reclus**. São Paulo: Ática, 1985.

¹⁰ Informações cedidas em junho de 2006, pela Profa. Dra. Rosa Maria Vieira Medeiros (UFRGS), primeira orientanda brasileira de doutorado de Pébayle na Universidade de Poitiers/FR.

¹¹ Ocupação no sentido da imigração de colonos europeus, pois, na realidade, no norte do estado havia a presença de comunidades indígenas que inicialmente foram sendo dizimadas pelos ataques dos bandeirantes às reduções jesuíticas no noroeste gaúcho.

Recebido em 29/05/2007

Aceito para publicação em 27/06/2007